

Seguindo rastros e encontrando vestígios: Um mapeamento da teoria das três idades dos arquivos

Following traces and finding traces: A mapping of the theory of the three ages of archives

PAOLA RODRIGUES BITTENCOURT

Investigadora e colaboradora do Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) da
Universidade de Coimbra

Arquivista no Arquivo Nacional (Brasil)

paolarb@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5946-8121>

Artigo entregue em: 28 de abril de 2022

Artigo aprovado em: 12 de junho 2022

RESUMO

A presente análise tem o objetivo de construir, em uma perspectiva evolutiva, um mapeamento dos primeiros indícios relacionados ao surgimento e desenvolvimento da teoria das três idades, em países da América do Norte e Europa, buscando verificar como seu desenvolvimento teórico-conceitual é caracterizado pela literatura arquivística e como tornou-se referência para o gerenciamento dos arquivos. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa básica, caracterizada a partir da análise, como qualitativa, de natureza exploratória, descritiva e explicativa, tendo, como principais recursos, as fontes documentais e bibliográficas. O desenvolvimento deste estudo possibilitou identificar um possível marco de surgimento da teoria das três

idades dos arquivos e verificar seu percurso demarcado pela literatura, a partir da qual foi possível perceber que a divisão dos arquivos em estágios de guarda corrente, intermediário e permanente, tem seus primeiros indícios na divisão entre *records* e *archives*, resultado do período revolucionário francês, do final do século XVIII, com a então criação de um novo modelo arquivístico estabelecido a partir da criação do Arquivo Nacional francês. Na sequência foi possível identificar, nas práticas arquivísticas italianas, a introdução de um estágio extra de guarda, entre os *records* e *archives*, onze anos depois da criação da instituição arquivística francesa, designado como arquivos de depósito. Portanto, conclui-se que, ao contrário do que apontam numerosos autores do campo arquivístico, a teoria das três idades não tem seu surgimento atrelado ao surgimento da gestão de documentos, na administração governamental americana, entretanto, foi um método amplamente difundido a reboque da propagação dos preceitos teóricos e práticos do modelo de gestão de documentos surgido no ambiente norte-americano.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivística; Teoria arquivística; Teoria das três idades dos arquivos; Gestão de documentos.

ABSTRACT

The present analysis aims to build, in an evolutionary perspective, a mapping of the first indications related to the emergence and development of the three ages theory of archives, in countries of North America and Europe, seeking to verify how its theoretical-conceptual development is characterized by the archival literature and how it became a reference for archival management. This study is characterized as basic research, characterized from the analysis, as qualitative, of an exploratory, descriptive and explanatory nature, having, as main resources, the documentary and bibliographic sources. The development of this study made it possible to identify a possible landmark for the emergence of the theory of the three ages of archives and to verify its path demarcated by the literature, from which it was possible to perceive that the division of archives into stages of current, intermediate and permanent custody, has its consequences first signs of the division between records and archives, a result of the French revolutionary period, at the end of the 18th century, with the creation of a new archival model established after the creation of the French National Archives. Subsequently, it was possible to identify, in Italian archival practices, the introduction of an extra stage of custody, between records and archives, eleven years after the creation of the French archival institution, designated as a deposit of archives. Therefore, it is concluded that, contrary to

what many authors in the archival field point out, the theory of the three ages does not have its emergence linked to the emergence of records management, in the American government administration, however, it was a widely disseminated method in the wake of the propagation of the theoretical and practical precepts of the records management model that emerged in the North American environment.

KEYWORDS: Archival science; Archival theory; Three ages theory of archives; Records management.

INTRODUÇÃO

A Arquivística teve, ao longo de sua história, um desenvolvimento marcado essencialmente pela busca de soluções práticas para o gerenciamento, a guarda, a preservação e o acesso aos documentos e arquivos. Compreender os antecedentes que deram origem a uma área do saber não é uma tarefa simples, tão pouco pode-se estimar que seja linear.

Conforme aponta Schmidt (2015, p. 39), “a Arquivologia¹ surge da observação e reflexão de uma experiência prática, também relacionada enquanto resultado de experimentos e conhecimentos reunidos pela observação consciente”. Por esta razão, cada nova tecnologia desde o surgimento da escrita, ponto fundamental reconhecido de aparecimento dos arquivos, impõe à Arquivística a necessidade de revisitar, questionar, repensar e, por vezes, até ampliar os seus conceitos mais fundamentais enquanto área do conhecimento, cuja base está assentada na prática desenvolvida nos arquivos.

Duranti e Franks explicam a teoria arquivística

The term has on occasion been used in the explanatory, scientific sense. It has also been used also a number of times to refer to the meaning of purpose of archival work in the grand scheme of things. But by far the most common view of archival theory considers it archival thinking as a whole (Duranti & Franks, 2015, p. 90).

As autoras afirmam, ainda, que, em sentido mais amplo, a teoria arquivística pode significar qualquer reflexão publicada em uma revista pro-

¹ Arquivologia e Arquivística são utilizadas neste artigo como sinônimo, ambas são utilizadas para designar a área do conhecimento.

fissional, dada a compreensão de que há, na teoria arquivística, o “archivists’ thinking” e o “principles guiding the work”. Mas explicam que essa visão é resultado da própria natureza da área e, por esta razão, esclarecem

On reflection, it becomes clear that both these senses of theory — archival thinking and principles guiding the work — are based in a simple distinction between theory and practice. This distinction is both understandable and problematic. It’s understandable to contrast archivists’ thinking about their work from the work itself, simply because it reflect reality; archivists, as practitioners of an applied field of work both, think and do (Duranti & Franks, 2015, p. 90).

Fica evidente, a partir desta análise, que, por ser uma área do conhecimento de natureza aplicada, teoria e prática configuram-se como duas faces de uma mesma moeda. Portanto, é um ponto central, ao desenvolvimento da Arquivística, compreender desde a origem, se possível, estas teorias e métodos que fundamentam os procedimentos adotados para a manutenção, o tratamento e o gerenciamento dos arquivos. Conforme Ketelaar pontua “The differences in archival systems have to be seen against the background of cultural differences, differences with respect to power distance, individualism, and uncertainty avoidance” (1997, p. 145).

Não basta olhar para um determinado modelo ou elemento sem considerar o contexto ou, ainda, sem perceber que não se trata apenas de uma reprodução isolada. Por esta razão, é fundamental compreender como cada referencial teórico da Arquivística se desenvolveu em contextos diversos do contexto de origem. Também, por isso, o autor aponta a grande necessidade de se investigar e entender as diferenças, uma vez que não considera ser produtivo sugerirmos conformidade onde há tanta diversidade. Seguindo essa mesma linha de pensamento, Santos afirma que

a teoria arquivística não deve ser, como acontece muitas vezes como um conjunto imutável de leis, estabelecidas desinteressadamente; tampouco é linear, formada a partir de um consenso universal. Trata-se, ao contrário, de um mosaico de ideias distintas, que coexistem e misturam-se, encontrando seus campos de aplicação em diferentes tradições político-administrativas, sociais e culturais (2008, p. 94).

Portanto, conclui Ketelaar, somente depois de se compreender a adoção de cada método ou modelo, em seu contexto de origem, é que se pode

revelar um princípio universalmente norteador, pois muitas vezes esses princípios são considerados como ponto de partida do discurso e ao contrário de resultado, que seria uma teoria arquivística universal (ou teorias, como destaca o autor) (Ketelaar, 1997).

A teoria das três idades já foi discutida por autores do campo arquivístico como um elemento presente nas práticas adotadas para a gestão de documentos. Ainda que abordada de forma transversal, a utilização da teoria das três idades é explicada no bojo dos procedimentos aplicados durante o ciclo de vida dos documentos, adotada em consequência do processo de avaliação de documentos (Cruz Mundet, 2012; Heredia Herrera, 1991). Entretanto, até o momento, não foi identificado nenhum estudo que tenha se detido a uma análise mais aprofundada sobre seu surgimento enquanto ferramenta gerencial e referencial teórico de muitas práticas arquivísticas, ao redor do mundo.

Michel Roberge afirma que a teoria das três idades foi desenvolvida pelo arquivista norte-americano Theodore Schellenberg, cuja publicação data de 1956. Outros autores, como Caya (2004), Marques (2011) e Santos (2011) apontam que o surgimento da divisão dos arquivos entre diferentes estágios de guarda, caracterizada por idades, está diretamente associada ao crescimento da produção documental resultante da adoção de tecnologias de informação e comunicação, na produção de documentos durante a primeira metade do século XX, nos Estados Unidos. Isto, principalmente, em razão do clima bélico, no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, e do crescimento exponencial na produção de documentos, especificamente por causa da Segunda Guerra Mundial, mesmo contexto e período em que surgiu a gestão de documentos.

A partir de uma análise prévia da literatura arquivística, científica e técnica, percebe-se que cada país pode posicionar um fenômeno em um lugar diferente, determinados a partir de suas estruturas políticas, administrativas, culturais e sociais. Esta é a razão pela qual torna-se fundamental, aos avanços de uma área científica, realizar um aprofundamento epistemológico que dê conta de explicar quais os primeiros indícios de surgimento e desenvolvimento da teoria das três nas diferentes realidades arquivísticas na tentativa de sair de um discurso comum e, até certo ponto, superficial sobre seu surgimento e adoção. Somente a partir disto será possível compreender suas diferentes alocações, aplicações atuais e, ainda, questionar suas fronteiras e as possibilidades de ser considerado um método obsoleto para gerenciamento dos arquivos.

Portanto, o objetivo desta análise é oferecer um breve panorama que contextualiza o fenômeno da teoria das três idades dos arquivos em uma perspectiva evolutiva, a partir da literatura arquivística, permitindo a identificação

de seus principais marcos e elementos de desenvolvimento. Tal análise visa contribuir para uma melhor compreensão e caracterização do processo de construção e definição dos princípios, teorias e métodos arquivísticos.

CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

A construção desta análise está assentada em um estudo exploratório, descritivo e explicativo que visa mapear e compreender o fenômeno a partir das diversas abordagens associadas a ele. De acordo com Gil (2002, p. 41), as pesquisas devem ser caracterizadas mediante a identificação da finalidade que se pretende e a partir da definição de seus objetivos, podendo ser definidas como exploratórias, descritivas e explicativas. Conforme explica o autor:

- As pesquisas exploratórias têm o objetivo de ampliar o conhecimento do pesquisador sobre o tema objeto do estudo;
- As pesquisas descritivas têm por objetivo compreender as características de um determinado grupo ou fenômeno, além de, em geral, tentar estabelecer relações entre determinadas variáveis;
- As pesquisas explicativas têm o objetivo de identificar e explicar os diferentes fatores que influenciam na ocorrência dos fenômenos.

Portanto, este artigo compreende parte de uma análise teórica acerca de possíveis origens e percursos da teoria das três idades dos arquivos, fenômeno sobre o qual se pretende compreender o surgimento, desenvolvimento e possíveis elementos associados. Uma vez que a teoria das três idades nos arquivos compreende a adoção de três diferentes estágios de guarda — corrente, intermediária e permanente — busca-se, então, mapear os primeiros indícios de tais divisões.

Assim, parte-se de uma historicização, que utiliza, como recorte inicial, o ano de 1898, por ser o ano de publicação do *Handlciding vocr het ordenen en beschrijven van Archieven*, de S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin. A publicação é considerada por numerosos autores do campo arquivístico como o marco fundador da Arquivística científica (Fonseca, 2005; Heredia Herrera, 1991; Schmidt, 2012; Silva et al., 2009; Tognoli, 2013). Assim, busca-se na vasta bibliografia arquivística produzida a partir de 1898 a construção narrativa que subsidia a compreensão sobre a divisão dos arquivos.

Desta forma, foram pesquisadas publicações a partir de 1898, desde os autores mais clássicos como *Sir* Hilary Jenkinson, Eugenio Casanova e

Theodore R. Schellenberg, até autores contemporâneos como Eric Ketelaar, Paul Desalle e Luciana Duranti, para construir a melhor compreensão possível sobre a divisão dos arquivos em fases que se plasmou, posteriormente, em alguns países, na teoria das três idades.

Um levantamento de fontes buscou identificar os principais autores da área de arquivos e gestão de documentos a partir de referências de pesquisa dos autores mais recentes, como Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, Joaquim Llansó, Luciana Duranti, Antonia Heredia Herrera, Armando Malheiro da Silva e José Maria Jardim. Com a busca nas obras mais recentes, foi possível identificar as publicações e autores citados anteriormente à década de 1990, principalmente, para em uma perspectiva histórica, rastrear o surgimento e enquadramento da teoria das três idades, na literatura.

Feito o recorte cronológico para busca e análise das fontes, é preciso realçar o que é o potencial, mas também a sua dificuldade, nos estudos qualitativos: produzir uma quantidade densa em dados e possibilidades de manipulação para delinear e executar o estudo. Bauer, Gaskell e Allum (2002) explicam que as pesquisas sociais estão apoiadas sobre evidências desta realidade (a social). Destas evidências, citam as comunicações, os registros produzidos por diferentes atores de uma dada realidade.

Para esta análise, utiliza-se a análise de conteúdo expressa por Bardin (2016), correspondendo à análise qualitativa do conjunto de assuntos, conceitos, temas e ideias expressos nos documentos.

Para Laurence Bardin (2016²), a análise de conteúdo corresponde a dois objetivos: o de transpor, de ultrapassar o limite das incertezas, em que o pesquisador questiona a si próprio se irá encontrar de fato o que pretende nas fontes que escolheu, para compor o universo de pesquisa; e também o alcance do fator enriquecedor que tem a leitura, quando elas permitem descobertas que confirmam ou não o que se pretende demonstrar com o trabalho, mas independente disso, esclarecem cenários dos quais não se tinha conhecimento anterior.

A primeira fase de análise (denominada pré-análise) partiu de uma leitura menos profunda dos materiais, com análise de resumos, sumários, busca de termos, verificação de ocorrências, definições, temática e incidências de abordagens. A partir desta pré-análise, foi possível identificar quais fontes precisavam ser analisadas com profundidade e chegou-se, então, à

² A versão original de Laurence Bardin, sob o título *L'Analyse de Contenu*, foi publicada em francês no ano de 1977. A publicação consultada é a traduzida para o português e publicada pela Edições 70 no ano de 2016.

segunda fase: a análise propriamente dita. Nesta etapa, as fontes foram analisadas exaustivamente, verificadas as ocorrências, termos, formas de abordagens e eventuais relações conceituais com outros termos e conceitos.

O último passo é a interpretação dos dados verificados e a construção de inferências para, em seguida, serem incluídas na construção da análise, o que se considera como fase 3 nas etapas de análise das fontes.

É importante frisar que esta pesquisa é parte de uma pesquisa doutoral mais ampla e profunda, desenvolvida no âmbito do Doutorado em Ciência da Informação na Universidade de Coimbra. Portanto, perscruta-se neste apartado uma construção, que explora, descreve e explica, em uma perspectiva histórica, como surgiu e se desenvolveu essa divisão dos arquivos em fases corrente, intermediária e permanente, a partir da literatura arquivística examinada.

RECORDS E ARCHIVES: VESTÍGIOS DE UMA RUPTURA

Eric Ketelaar, em um estudo RAMP sobre legislação e regulamentos para os arquivos e a gestão de documentos, afirma que em vários países é feita a distinção entre *records* e *archives*.

Records may be defined as recorded information regardless of form or medium created, received and maintained by an agency, institution, organisation or individual in pursuance of its legal obligation or in the transaction of business of any kind.

Archives are a function of the records of an organisation or person. They may be defined as non-current records permanently preserved, with or without selection, by those responsible for their creation or by their successors in function for their own use or by an appropriate archival repository because of their archival value (Ketelaar, 1985, p. 6).

A distinção evidenciada por Ketelaar compreende os registros fora do escopo arquivístico. Desta forma, um primeiro indício para entender a divisão em fases dos arquivos, tal como se conhece hoje, pode estar relacionada à distinção entre *records* e *archives*. Tal separação tem impacto não apenas na prática de gerenciamento dos arquivos, mas principalmente no campo teórico onde a adoção de termos e conceitos, se realizada de forma descontextualizada, tende a produzir efeitos que comprometem a adoção de determinados modelos. Conforme destaca P. R. E. dos Santos,

Se por um lado, o crescimento da produção documental e a evolução tecnológica colocavam desafios de ordem prática, a definição da arquivística logo se colocou como um problema teórico e prático. A separação que se estabeleceu entre os conceitos de records e de archives, sobretudo nos países anglo-saxões, acabou por gerar novas preocupações de caráter teórico e por fomentar, a partir dos anos 60, o debate em torno do que deveria ou não ser considerado material de arquivo (2008, pp. 72-73).

A distinção evidenciada por P. R. E. dos Santos não é somente um problema de ordem prática, na medida em que identificam campos e profissões distintos. Reflete também uma questão cujo desdobramento implica na percepção sobre a teoria das três idades como referência para o gerenciamento dos arquivos.

Portanto, ao longo de sua história os arquivos eram formados tendo em vista o seu papel probatório, geralmente relacionado à manutenção dos direitos e privilégios das elites e da nobreza, e dos deveres dos governados. Ou seja, “de l’Antiquité à la Révolution française, les archives étaient des actes notariés qui servaient d’abord aux différentes institutions et aux personnes à prouver leurs droits” (Kern et al., 2015, p. 44).

Este caráter probatório, evidenciando a natureza exclusivamente administrativa dos arquivos, prevaleceu por muitos anos (Duranti, 2007; Mendo Carmona, 1995; Rondinelli, 2002).

Casanova aponta que, entre os séculos XVI e XVII, os documentos contidos nos arquivos começaram a receber atenção especial dos historiadores. Os documentos antigos passaram a ter o reconhecimento de fonte para a compreensão do passado, fato que impulsiona a necessidade de os historiadores pleitearem direito de acesso aos registros para realização de estudos sobre a história. Paul Delsalle (2018, p. 131) reforça essa explicação:

This period marks the start of enquiry into the theory and practice of archives administration, of thinking about, of thinking about the use of archives and of the best ways of managing them. Throughout Europe, chanceries and archives started to divide into separate entities, the former creating the records and the latter keeping them (Delsalle, 2018).

Apesar de algumas iniciativas, como pontua Delsalle, até o fim do século XVIII, mantinha-se, de um modo geral, a percepção e utilização dos

arquivos apenas pela administração que os tinha gerado, como instrumentos de governança, com acesso restrito e previamente autorizado. Porém, as diversas transformações sociais trazidas à Europa, pelo século das luzes, tiveram impacto também na forma como os arquivos eram percebidos pela sociedade. Diferentes percepções dão conta de explicar tais transformações no universo arquivístico.

Ao examinar a trajetória percorrida pelo arquivo entre deixar de ser somente o local de guarda dos documentos para ser reconhecido (com a mesma nomenclatura) como o conjunto de documentos que era mantido nestes locais, Duranti aponta para a consequência deste movimento, que viria a resultar na diferenciação entre “*records*” e “*archives*”.

While the diplomatists, who examined documents preserved in archival places, called them all “archival documents,” jurists of both Latin and German tongue would distinguish between “acts” (i.e., the documents that have not yet passed the archival threshold) and “archival documents” (i.e., the documents that have passed the archival threshold). This of course did not create any problem until the French revolution, because the documents were kept and used for the same reasons for which they were generated, and by the same juridical persons (Duranti, 2007, pp. 452-453).

Duranti explica que, apesar da diferenciação de termos ter sido adotada por juristas latinos e alemães³, tal fato não produzia efeitos na prática dos arquivos, enquanto os documentos lá depositados não tinham uso diferente daqueles para os quais foram produzidos. Este uso para fins diferentes dos quais foram criados, e por outros interessados que não exclusivamente os produtores, é exatamente um dos eixos de fundamentação básica na constituição dos *archives* (ou dos arquivos permanentes). A autora aponta, ainda, que o termo arquivo, utilizado também para designar o local de guarda, é consolidado no século XVIII.

Por um lado, de acordo com Duranti (2007), a distinção entre documentos e documentos de arquivo não significou nenhuma alteração profunda neste contexto, até que a Revolução Francesa abriu uma brecha ao novo

³ Segundo Silva (2017), no período de guerras e conflitos territoriais, a movimentação de arquivos e as discussões sobre a territorialidade destes conjuntos levaram juristas e profissionais da administração a desenvolver os primeiros aportes da literatura arquivística utilizando o direito romano para fundamentar “as prerrogativas de instituir um arquivo e como os documentos ali reunidos podem ser considerados autênticos” (2017, p. 123).

mondo, também para a história dos arquivos, conforme afirma Brenneke (1967)⁴, pois este momento histórico

creò i presupposti per ciò che noi possiamo considerare l'impronta caratteristica del nuovo periodo archivistico: la raccolta degli atti di archivio nel moderno archivio di concentramento, l'autonomizzazione dell'amministrazione archivistica, costituita in ramo amministrativo specifico, la pubblicità degli archivi ed il loro organico collegamento con gli uffici e con le loro registature, nonché l'organizzazione della loro utilizzazione per fini scientifici (Brenneke, 1967).

Posner (1940), no artigo *Some Aspects of Archival Development from the French Evolution*, analisa alguns dos impactos da Revolução Francesa no campo dos arquivos. Assim como Brenneke, Posner avalia que a Revolução Francesa marca o início de uma nova era na administração dos arquivos. O autor indica, ainda, três pontos os quais considera as principais consequências do evento para os arquivos.

O primeiro ponto, a criação do Arquivo Nacional francês, com a centralização de responsabilidade sobre os diversos depósitos de arquivos existentes na França, que foram então definidos como arquivos departamentais. O segundo efeito, apontado pelo autor, foi o reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre os documentos do passado, ainda que, nos primeiros anos de revolução, tenha sido instituída a destruição de imensa quantidade de documentos históricos que eram relativos ao regime feudal. O terceiro impacto foi a determinação legal de abertura dos arquivos ao público (Posner, 1940, pp. 161-162).

A formação dos estados nacionais, e a consequente criação de diversas instituições públicas, acarretou também na ideia de criação de uma instituição centralizadora dos arquivos produzidos pelo Estado. Até à Revolução Francesa, existiam mais de 400 depósitos de arquivos espalhados por Paris e, em toda a França, somavam-se mais de 1.000 depósitos (Mariz, 2005, p. 49).

A criação de uma instituição arquivística, que fosse responsável por centralizar todos os documentos produzidos pelo Estado francês, trouxe consigo a ideia de que os arquivos deveriam estar reunidos e disponíveis para acesso da sociedade.

⁴ A edição utilizada na pesquisa é a versão italiana, publicada em 1967. O texto original, de Adolf Brenneke, *Archivkunde – Ein Beitrag zur Theorie und Geschichte des europäischen Archivwesens*, foi publicado em 1953.

Estabeleceu-se o quadro de uma gerência de arquivos públicos de âmbito nacional: o Arquivo Nacional passou a ser um órgão central dos arquivos do Estado, ao qual se subordinaram os depósitos existentes. Pela primeira vez uma administração orgânica de arquivos englobou toda a rede de depósitos (Mariz, 2005, p. 50).

Por ter impactado de diferentes formas e causado diversas transformações, no âmbito arquivístico, este período representou um marco na história dos arquivos, tanto pela criação do Arquivo Nacional francês, que imprimiu um modelo institucional posteriormente seguido por muitos arquivos nacionais pelo mundo, quanto pelo princípio de acesso aos arquivos estabelecido a partir da Revolução Francesa. Posner afirma também que “The French had established a central archives depository for the noncurrent records of central agencies and Archives Departementales for such records of the administrative sections of the state. Most of the other countries found it convenient to imitate this organization” (1940, p. 163).

Assim, é possível verificar que este período de significativas mudanças representou também um momento de profundas rupturas. O estabelecimento de uma instituição responsável por custodiar os documentos considerados representativos da história francesa teve consequências, conforme explica Duranti.

As a consequence, the records created prior to the Revolution and not necessary to the current administration of the new state, were concentrated in the National and departmental archives (departments are regional governments in France) and open to consultation, while records still active were maintained in the offices of the new administration and kept secret. This determined a material and theoretical distinction between administrative and historical archives, which is still present in Romance countries and corresponds to the German distinction between *registratur* and *archiv* and the Anglo-Saxon distinction between records and archives (Duranti, 1989b, p. 8).

Por um lado, a instituição do Arquivo Nacional francês representou uma grande mudança na história dos arquivos, pois significou a criação de um modelo de instituição arquivística bastante comum ainda nos dias atuais. Um modelo de instituição responsável por centralizar, custodiar, organizar e preservar toda a documentação produzida pelo Estado é produto dos ideais da Revolução Francesa.

Por outro lado, conforme destaca Duranti (2007), este não foi exatamente um período muito feliz para os arquivos, pois, neste mesmo período, a destruição dos arquivos administrativos alterou profundamente o perfil dos conjuntos de documentos franceses, imprimindo a estes um papel exclusivamente de arquivo histórico.

Este desenvolvimento de um novo perfil, que não somente o administrativo, dos arquivos foi também resultado da Revolução Francesa, conforme destaca M. da Silva (2017, p. 144): “Com a Revolução Francesa e o desenvolvimento da historiografia voltada para as fontes do passado, os arquivos que eram estreitamente vinculados à administração estatal, se tornam arquivos históricos e perdem sua função administrativa e legal”.

Esta percepção dos arquivos como fonte de conhecimento histórico fez com que os acervos fossem subtraídos de seus organismos geradores para serem incorporados a instituição arquivística criada na França, para atender à nova demanda da sociedade por conhecimento sobre sua própria história. Conforme indica Duranti (2007, p. 454),

However, the documents created by living bodies were for the first time subtracted to a controlled procedure aimed to ensure the reliability of their creation and the authenticity of their transmission and preservation, and were kept by the creators or their successors until old age transformed them into sources for history. The dichotomy between administrative and historical archives was born.

A criação do Arquivo Nacional francês, não obstante tudo o que ele representou enquanto modelo institucional para os diversos arquivos do mundo, significou também uma ruptura brusca que viria a impactar, de forma definitiva, nas teorias e práticas arquivísticas. Constituiu também uma divisão de responsabilidade e guarda para os documentos criados até à Revolução Francesa, considerados históricos, e os criados a partir daquele momento, como os documentos administrativos.

A terceira das três principais consequências indicadas por Posner é a abertura dos arquivos ao público. A ideia de que os historiadores precisavam ter acesso aos registros antigos se torna mais ampla com a chegada do século XVIII, o século das luzes, onde as transformações na sociedade tiveram grande impacto na manutenção e uso dos arquivos. Sousa analisa as reflexões de Duchesne (1983) e conclui a apontar que

Essas transformações na manutenção e utilização dos arquivos possui uma relação direta com o fim do regime absolutista e tem como consequência uma abertura gradativa dos arquivos para o acesso ao público. O reconhecimento da importância dos documentos para a sociedade foi uma conquista da Revolução Francesa, que gerou importantes realizações no campo arquivístico: criação de uma administração nacional e independente dos arquivos; proclamação do princípio de acesso do público aos arquivos; reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor do passado (Sousa, 2004, p. 107).

Com a Revolução Francesa, os arquivos deixaram de ser percebidos apenas em suas funções puramente jurídica e administrativa e passaram a ser considerados fundamentais não apenas à manutenção dos direitos da nobreza, mas a toda a sociedade. De acordo com Schellenberg

Durante toda a Revolução Francesa, os documentos foram considerados básicos para a manutenção de uma antiga sociedade e para o estabelecimento de uma nova. Os documentos da sociedade antiga foram preservados, principalmente e, talvez, sem essa intenção, para usos culturais. Os da nova sociedade o foram para proteção de direitos públicos. O reconhecimento da importância dos documentos para a sociedade foi uma das grandes conquistas da Revolução Francesa (2003, p. 27).

Este reconhecimento, de que o Estado deveria ser o responsável pela manutenção e acesso aos documentos por ele produzidos, pode ser considerado um marco não apenas na história dos arquivos ou na evolução do papel dos arquivos como fonte para o estudo e compreensão da história, mas também para a percepção de que os arquivos possuíam momentos distintos entre produção, manutenção e acesso aos documentos. Santos aponta que

A Revolução Francesa foi um marco na conceituação, organização, tratamento e uso dos arquivos. No século XVIII os arquivos públicos ainda eram entendidos no âmbito restrito da administração pública. [...] Durante a Revolução Francesa proclamou-se um princípio fundamental que só algumas décadas depois teria desdobramentos: o de que

os arquivos, propriedade da Nação, deveriam ser postos à disposição dos cidadãos (2008, p. 67).

Os arquivos, que até então serviam somente ao Estado e à manutenção de privilégios das elites, a partir do século XVIII passaram a ser usados por grupos de pesquisadores e intelectuais que teriam o privilégio de ter acesso aos registros do passado e comunicá-los à sociedade. Apesar de um novo princípio de acesso aos arquivos, aprovado pelo artigo 37 da Lei do 7 Messidor⁵, avanços e retrocessos foram registrados nos períodos que se seguiram à Revolução Francesa.

Assim, pode-se compreender que as três principais consequências do período revolucionário francês, indicadas por Posner (1967), relacionam-se de forma mais ou menos direta com a construção da ideia de que os arquivos cumprem diferentes fases ou etapas durante sua existência. Primeiro, por ser percebido que os documentos podem possuir interesses outros que não somente o de cumprir a finalidade para o qual foram criados. Segundo, conforme aponta Duranti (2007), pela ruptura criada entre os arquivos gerados pela administração — que seriam mantidos por esta — e os documentos antigos mantidos pelo Estado, em uma instituição criada para esta finalidade.

É bastante evidente que esta diferenciação entre *records* e *archives* desenvolveu-se de formas distintas em determinados contextos arquivísticos. Entretanto, alguns países deixaram essa separação mais evidente não apenas na teoria, mas também na prática arquivística.

No momento em que os arquivos deixam de servir somente aos seus produtores e são percebidos como fonte de conhecimento para a história da sociedade, cria-se uma separação que pode ser reconhecida como uma primeira base do que futuramente viria a ser as três idades nos arquivos. Esta separação, entre os documentos que serviam à administração e os arquivos que serviam à história, cumpriu o entendimento do que viriam, mais tarde, a ser dois dos três estágios, da teoria das três idades — o arquivo corrente que serve à administração e o arquivo permanente como o que serve à compreensão histórica, ou como se conhece na língua inglesa, os *records* e os *archives*.

Essas alterações no perfil, em função da percepção dos arquivos como fundamentais para a sociedade e sua compreensão da história, a responsa-

⁵ A Lei do 7 Messidor foi promulgada em 25 de junho de 1794, durante a Revolução Francesa, e estabelecia que todos os documentos dos arquivos nacionais franceses deveriam ser de livre acesso a todos os cidadãos que solicitasse acesso (Duchemin, 1983, p. 3).

bilidade do Estado sobre estas fontes e a criação de uma instituição responsável por manter e preservar fontes históricas para gerações futuras, assim como outras alterações resultantes da Revolução Francesa, trouxeram aos arquivos significativas transformações no percurso.

Conforme explicado por Duranti, essas mudanças representaram, para o campo arquivístico, uma transformação que ainda se mantém nos dias atuais, no contexto anglo-saxão. A separação entre *records* (documentos em fase corrente ou intermediária) e os *archives* (arquivos permanentes) atende não somente à distinção do perfil profissional que deverá atuar em cada uma destas etapas, mas também pressupõe funções e responsabilidades distintas para quem atua em cada um destes estágios. Assim, a partir de então, a divisão entre *records* e *archives* representou uma revolução na concepção sobre os arquivos.

Conforme se pode observar, duas das três idades dos arquivos tem suas raízes também no período revolucionário francês, assim como tantos outros elementos ainda presentes nas práticas arquivísticas atuais. A partir da identificação de duas das três idades, buscou-se verificar onde estariam os vestígios de adoção de um estágio de guarda intermediário entre os *records* e os *archives*.

LAÇOS E DESENLACES ENTRE OS ARQUIVOS INTERMEDIÁRIOS E A GESTÃO DE DOCUMENTOS

Conforme já citamos, pode-se reconhecer, a partir da literatura, que numerosos autores situam, ainda que de forma breve e vaga, o surgimento da teoria das três idades dos arquivos no mesmo ambiente e contexto da gestão de documentos surgida em meados de 1940.

Buscando verificar a literatura arquivística produzida a partir da publicação do manual dos arquivistas holandeses, em 1898, propõe-se a identificar o surgimento da guarda intermediária que se plasma, ao juntar-se aos *records* e *archives*, na teoria das três idades dos arquivos.

Ao discutir "*The limit of current use and the passing of Documents into Archives*" Jenkinson (1922) propõe que, após uma análise inicial, os documentos devam passar por um período em que fiquem "*sub judice*", em que o produtor possa reconsiderar a análise inicial e alterar a decisão anterior, fosse ela de eliminar ou transferir para os "*archives*", dado o reconhecimento da importância do registro para a história.

Na ocasião, não havia uma proposta clara de que deveria haver um local de guarda específico e separação física dos documentos. Apenas um

prazo para que os documentos pudessem passar por uma nova análise e confirmar, ou não, a definição inicial quanto à destinação dos documentos. O que, por um lado, não é efetivamente o que se plasmou como as três idades nos arquivos, por outro, pode-se perceber que já era vislumbrada uma necessidade de guarda que não fosse a definitiva, mas que também resguardasse a administração da incerteza na decisão pela eliminação.

O *National Archives Act*, de 1934, define além das competências do *National Archives* e do Arquivista responsável pela instituição, a possibilidade de transferência dos documentos públicos para depósitos temporários, cuja definição compete ao gestor responsável pelo acervo.

Ao discutir sobre a custódia, controle e destinação dos documentos, Chatfield (1940, pp. 99-100), afirma que

The fact that documents are constantly coming into existence and accumulating indicates the necessity of control.

During their life cycle they pass through the following periods:

1. The period of accumulation and current use;
2. The period of infrequent governmental use; and
3. The period of historical use.

It is axiomatic that the material should be located near the people who are to use it most frequently. This requirement necessitates that record material be not kept in the same place throughout its life cycle (Chatfield, 1940, [grifo nosso]).

Chatfield (1940) evidencia de forma clara, talvez pela primeira vez registrada na literatura arquivística norte-americana, a necessidade de os documentos produzidos pelas agências governamentais americanas passarem por três estágios distintos de guarda, durante o que denomina seu ciclo de vida: uma fase corrente, para as quais salas de arquivo deveriam ser instaladas pelas organizações com o objetivo de manter os documentos de uso corrente; uma fase intermediária, cujas salas podem ficar mais distantes das unidades produtoras dos documentos, uma vez que estes já reduziram a frequência de uso destes documentos; e uma fase histórica, cujo local de guarda deve manter os documentos definidos para guarda definitiva.

O Arquivo Nacional americano, criado recentemente, já tinha um enorme problema pela frente. Os documentos se acumulavam nas agências produtoras, fato que pode ser verificado, inclusive, por ser um problema abordado de forma recorrente nos artigos publicados na revista *The American Archivist* já em seus anos iniciais.

Ao apontar questões sobre a necessidade de programas de redução de documentos públicos, Leahy, examinador especial do National Archives, assinala ser importante para sua análise a comparação com *"polices in the reduction of archival materials of the more important European government"* (Leahy, 1940, p. 13) e destaca, ainda, que, em muitos desses países europeus, além do processo administrativo de seleção de documentos, podem-se discutir alguns elementos usados que, frequentemente, podem influenciar no grau de eficácia desses programas. Como exemplo o autor explica que

intelligent planning of the reduction program may safely include a selection of records worthy of temporary or permanent in situ, in the archival depository, or in specially selected depositories, and an indication of categories of valueless documents, accumulated and to be accumulated, which may be promptly disposed of after stated lapses of time (Leahy, 1940, p. 26).

Leahy retrata, no texto, suas buscas por experiências diversas pelo mundo na tentativa de levar ao modelo americano as melhores práticas na avaliação e seleção de documentos arquivísticos. A prática de separar os documentos já sem uso começava a aparecer em alguns países, ainda que não aparecesse como uma "guarda temporária" de arquivos sem "valor arquivístico". Nesse período, a administração pública nos Estados Unidos possuía uma grande quantidade de documentos acumulados sem que se pudesse controlar o acúmulo desses documentos. Esse aumento na quantidade de documentos era resultante não só da produção desenfreada e agravada pelas tecnologias e pelo período de guerras, mas também pela proibição legal de destruí-los.

Os relatórios anuais do Arquivo Nacional americano apresentavam, ano a ano, as mudanças na forma de perceber os problemas crescentes com o acúmulo de documentos assim como na forma de reduzir esse acúmulo de documentos. O *Seventh Annual Report of the Archivist of the United States (1940-1941)* (United State Government, 1941), apresenta, ainda, os "records administrations problems" como um reconhecimento oficial da necessidade de resolver as questões que envolviam a administração dos documentos.

A instituição norte-americana possuía, nos limites de suas atribuições legais, um problema crítico. Por um lado, precisava ser criterioso para definir o que iria compor o acervo custodiado pela instituição e representar a "história e a memória do país". Por outro, precisava resolver o excessivo acúmulo de documentos nos escritórios governamentais, resultado da burocracia

e, também, do uso elevado de técnicas de reprodução de documentos que gerava elevada quantidade, também de duplicatas.

Ainda que, nos relatórios anteriores, constem as ações empreendidas para avaliação e destinação de documentos, foi o relatório produzido para sistematizar as atividades desenvolvidas no período 1941-1942, que pode talvez ser o indicador mais exato da concepção da gestão de documentos naquele contexto, ainda que com outro termo.

A criação do *records administration* ocorre sob a prerrogativa dos poderes concedidos ao “Archivist”, pelo *National Archives Act*, de 1934, e ainda sob a alegação de que a instituição estava sendo obrigada a aceitar quantidades cada vez maiores de documentos não correntes, que se acreditava terem valor permanente e interesse histórico.

Apesar dos esforços já iniciados para resolver o grande acúmulo de documentos, a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial teve impacto direto nesse cenário. A produção de documentos já crescente nas agências do governo americano, tomou proporções ainda maiores e as questões que envolviam o armazenamento escapavam ao controle.

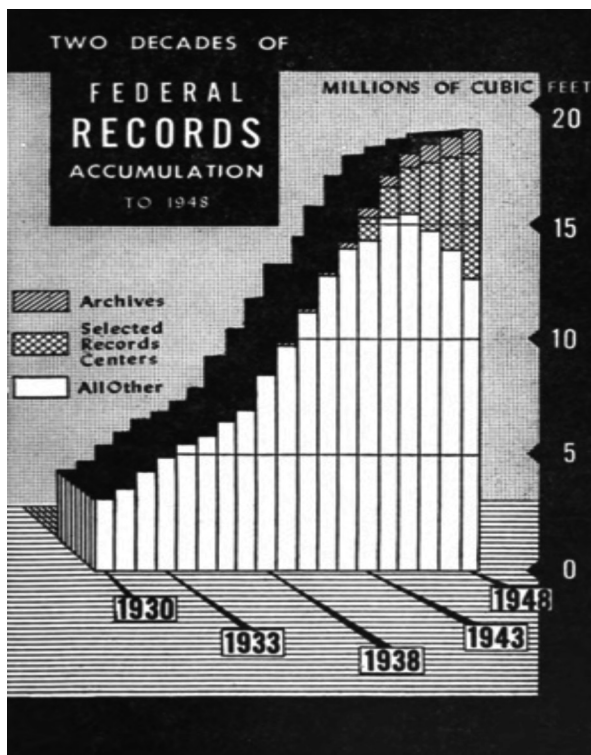
Dado esse contexto, no âmbito de um conjunto estruturado de ações visando a uma ampla reestruturação na organização e administração do Estado Americano, durante o governo do presidente Truman foi instituída a *Commission on Organization of the Executive Branch of the Government*.

A Comissão tinha por objetivo apresentar propostas de mudanças administrativas ao governo americano. Conforme consta do sítio eletrônico do *National Archives and Records Administration*⁶, “Studied and investigated organization and methods of operation of the Executive branch of the Federal Government, and recommended organization changes to promote economy, efficiency, and improved service”. Presidida pelo ex-presidente Herbert Hoover, a Comissão mais tarde ficaria conhecida como Comissão Hoover.

O trabalho da Comissão Hoover resultou na reorganização do poder executivo dos EUA e teve, no seu escopo, entre as diversas alterações profundas na forma de administrar o governo americano, propostas de mudanças na forma de se produzir, gerenciar e arquivar os “public records”. Pela primeira vez foi apresentada, com números inclusive, a quantidade de documentos armazenada e o qual o gasto do governo americano para manter todos os documentos guardados, um valor estimado à época em 20 milhões de dólares (conforme figura 2).

⁶ Fonte: <https://www.archives.gov/research/guide-fed-records/groups/264.html>

Figura 1 – Federal Records Accumulation.



Fonte: The Commission Hoover Report, 1948, p. 79.

A partir dos apontamentos da primeira Comissão Hoover (1947-1949), a utilização de *records centers* ganhou projeção como uma solução mais adequada ao conjunto de ferramentas sobre as quais estava apoiada a recém-nascida gestão de documentos.

O termo utilizado no inglês para designar a guarda dos documentos nos *records centers* ficou conhecido como *intermediate* (Bellardo & Bellardo, 1992, como citado em Pearce-Moses, 2005), mas na Europa os termos para esta etapa entre os *records* e os *archives*, tiveram designações diversas nos vários países.

A passagem dos arquivos por fases e a própria designação de idades, na literatura arquivística foram primeiramente identificadas na publicação de 1928, de Eugenio Casanova. Entretanto, o próprio autor explica que o papel do arquivo de depósito já constava da legislação francesa de 1918, como depósito provisório e essa divisão constava também do *Decreto del Regno* de

“25 gennaio 1900, n.º 35, che approva il Regolamento per gli uffici di registrazione e di archivio nelle amministrazioni centrali” (Casanova, 1928, p. 6).

Assim, no contexto europeu, Casanova foi, talvez, o primeiro autor a sistematizar a passagem dos arquivos por uma fase extra entre os *records* e os *archives*. O autor explica que os arquivos correntes são, pelo próprio nome, atuais e devem apoiar a administração que os criou, e a que os arquivos de depósito devem também atender, embora em menor intensidade. Para os *archivos de deposito*, Casanova afirma que “è quello in cui si considerano tuttora necessari atti antichi, che non vengono, ma che possono ancora venire in uso” (1928, p. 149).

O Decreto Real n.º 35, de 25 de janeiro de 1900, citado e explicado por Casanova (p. 137), foi resultado de uma comissão especial definida para estudar e propor “un metodo di registrazione e di archiviazione delle carte che faccia risparmiare lavoro e spesa; che garantisca la buona custodia degli atti; che permetta di eliminare con facilità e sicurezza quelli, dei quali sarebbe inutile la conservazione”.

Para além de abordar etapas e procedimentos de recebimento, registro, classificação, transcrição e expedição de documentos, determina, em seu artigo 79, “Ogni Ufficio di registrazione avrà un archivio per gli affari che esigono ancora provvedimenti, e si chiamerà corrente. Ogni Ministero avrà un archivio per gli atti sui quali fu definitivamente provveduto e si chiamerà deposito” (Itália, 1900).

No francês, essa etapa intermediária, ou o arquivo de depósito italiano, ficou conhecida como *préarchivage*. Em compreensão semelhante à dos EUA, o termo determinava uma fase anterior aos *archives* — onde a guarda é definitiva.

Um dos primeiros autores franceses a explicitar a ideia de que os arquivos deveriam passar por três diferentes estágios guarda foi Jean Favier. O autor, cuja primeira edição de sua publicação *Les Archives* foi publicada em 1958, afirma que:

Les administrations ne versent qu’exceptionnellement leurs archives triées et classées en vue de la conservation définitive. Des étapes intermédiaires, dites de «préarchivage», s’imposent donc pendant la période où les dossiers, ayant cessé de s’enrichir et de servir couramment, sont encore trop récents pour qu’une élimination puisse être faite sans risque pour l’administration.

[...]

Après vingt ou trente ans, vient le temps de l’archivage définitif, que prépare un triage et l’élimination de divers types de documents.

Restent ceux que l'on pense pouvoir servir à l'histoire, et ceux dont l'administration peut avoir un besoin illimité (Favier, 1975, p. 39).

O autor discute, ainda, a recente mudança na forma dos arquivistas gerirem os arquivos e afirma que a mudança nos métodos de gestão fez com que o arquivista ao final do século XX não aparecesse até que os documentos perdessem parte de seu uso corrente. Tal reflexão é decorrente de uma perspectiva em curso. Até o surgimento da gestão de documentos, os arquivistas apenas tinham responsabilidade pelos conjuntos quando eles chegavam aos arquivos — entendido como aquele de guarda definitiva. É preciso ressaltar que no modelo arquivístico americano, o arquivo ainda é somente aquele identificado como de guarda permanente. A gestão de documentos ainda é responsabilidade dos “*records managers*”.

Assim como Favier, Yves Pérotin foi outro autor francês que atuou na difusão da teoria das três idades, sendo apontado por Michel Caya como o difusor das três idades nos arquivos para o mundo francófono (Caya, 2004). Pérotin publicou um artigo na *American Archivist Journal*, em 1966⁷, denominado *Administration and the “Three ages” of archives*. No artigo, o autor defende o que chama de “A naive view of things” quando explica que, ao contrário do que se possa imaginar, há ainda uma fase fundamental entre a Administração e a História. Para o autor:

At this point of the analysis, current records and archival records seem perfectly heterogeneous, which renders unthinkable the passage from one stage to another, a passage which nevertheless must have been made. The little-informed observer is not troubled by this mystery because he does not see the problem. If, however, you apply him cleverly with questions, he will eventually discover that an intermediate stage exists between the apparent order of the dossiers of the bureaus and the apparent order of the archival containers. He will quickly recognize that, if the papers conserved in the archives did not proceed directly from the portfolios of the administrators, they must have come from those accumulations that are found in the corridors of offices and in the closets of bureaus, or they may have been hidden in hovels or storage places that

⁷ Em nota de rodapé, Pérotin explica que, apesar da orientação editorial ser para publicação de artigos inéditos, o editor, reconhecendo a importância do tema, recomendou a publicação. O artigo original foi publicado por ele em 1961 sob o título *L'Administration et les “trois ages” des archives*, publicado na revista *Seine et Paris*.

are firetraps or even in lofts and cellars that rain and water from rivers and sewers do not always spare. Thus an intermediate age is revealed, the awkward age, that of piles [of papers] — the troublesome transition between Administration and History (Pérotin, 1966, p. 364).

Essa visão, defendida por Pérotin e Favier, não era uma concepção absolutamente nova nas práticas de gerenciamento dos documentos nas agências americanas. Foi uma das soluções encontradas para reduzir o volume de documentos nas unidades de trabalho, ao mesmo tempo em que se implementavam o “*records administration program*”, que deveria controlar os documentos desde o momento da sua criação, racionalizando a produção e garantindo a destinação adequada.

A criação de depósitos, para armazenamento de documentos que ainda atendiam à administração e não cumpriam os requisitos para serem transferidos à autoridade arquivística, era a solução reconhecida como mais adequada por parte dos especialistas em arquivo e pelos gestores responsáveis pelos documentos. Entretanto, para além da guarda física, Pérotin (1966) reconheceu nesta proposta, de uma fase intermediária de guarda entre as já reconhecidas “*current records*” e “*archives*”, uma solução adequada e a difundiu, como uma nova concepção teórica no campo dos arquivos.

Duboscq (1974), assim como Favier e Pérotin, também é indicado pela literatura como responsável pela difusão do termo e do conceito das “três idades dos arquivos” para a Europa, especialmente para os países de língua francesa. O então diretor do Arquivo Nacional de França elaborou pela Unesco, juntamente com A. W. Mabbs, do Reino Unido, um documento intitulado “*The organization of intermediate record storage*” (Mabbs & Duboscq, 1974), tendo como referências as práticas dos países anglo-saxões. Um documento alinhado às necessidades da França também foi elaborado pelos autores, considerando as diferenças existentes nas diferentes realidades administrativas e, consequentemente, arquivísticas.

O documento publicado pela Unesco, entre os pontos abordados no tratamento dos arquivos mantidos nos *records centers*, examina os princípios gerais dos *records centers* em uso, por muitos países, e, também, a transferência de documentos dos *records centers* para os *archives*. Os autores afirmam, ainda na introdução do documento, que, em muitos países, mesmo os que possuem menor experiência no gerenciamento dos arquivos, para um controle efetivo dos documentos, é preciso dar especial atenção aos locais para seu armazenamento, enquanto ainda são necessários à administração que os produziu. E concluem que “*The generally accepted solution is for the public*

archival authority to provide intermediate storage of the kind which has come to be known as the records centre" (Mabbs & Duboscq, 1974, p. 10).

Mabbs e Duboscq (1974) destacam que um depósito de arquivamento intermediário era a solução mais satisfatória, uma vez que reúne as condições para a redução de custos, por retirar o excesso de documentos dos escritórios, para manter o cuidado ao realizar a avaliação e a eliminação, assim como também cumpre o requisito de não enviar para os *archives* documentos que ainda eram úteis às unidades produtoras. Mabbs e Duboscq registram, ainda, que problemas similares ao aumento do acúmulo de documentos públicos foram registrados inicialmente nos Estados Unidos, mas também em outros países. Assim como a mesma solução tinha sido adotada e exemplifica que, na França os *records centers* eram conhecidos por *depôts prearchivage*, enquanto na Alemanha eram conhecidos por *zwischenarchive*. E em Londres, nos primeiros dias de desenvolvimento do seu repositório intermediário, o *Public Record Office* usava o termo limbo para descrever um repositório com documentos que aguardavam eliminação ou guarda definitiva (Mabbs & Duboscq, 1974).

Descrevem, também, os problemas com o acúmulo de documentos em diversos países: Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Tchecoslováquia, Israel, Malásia, Itália, Noruega, Holanda, Polônia, Romênia, Suécia, Suíça, Reino Unido e Iugoslávia. Ao citar os problemas enfrentados também por outros países, além dos já nos conhecidos Estados Unidos e Canadá, no próprio contexto de surgimento da gestão de documentos, assim como na França, país de Guy Duboscq, os autores colocam na discussão a realidade arquivística de diversos países.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi possível observar, no decorrer deste breve percurso sobre a teoria das três idades, apesar de ser amplamente citada em diferentes contextos e perspectivas por diversos autores, ainda não tinha sido objeto de um estudo mais profundo com a finalidade de mapeá-la e identificar efetivamente os primeiros indícios relativamente ao seu surgimento e adoção na literatura arquivística.

Tal mapeamento permitiu contextualizar e perceber o fenômeno das três idades nos arquivos, sem isolá-lo dos contextos nos quais foi adotado. Pudemos perceber, portanto, um possível ponto de partida para a divisão dos arquivos em diferentes estágios de guarda e identificou-se, ainda, que distintas formas de abordar a teoria das três idades estão presentes na literatura arquivística.

A coleta de fontes bibliográficas, incontornáveis à compreensão evolutiva da teoria das três idades, buscou identificar e analisar todos os indícios que

pudessem indicar os momentos iniciais da adoção da divisão dos arquivos em estágios diferenciados de guarda e tratamento. Entretanto, cumpre esclarecer, que a abordagem das fontes, neste percurso, foi realizada com algum grau de seletividade, fator que é inerente ao processo, uma vez que não é factível esgotar todas as fontes possíveis de serem utilizadas para a análise proposta, razão pela qual pode haver omissões não intencionais na literatura utilizada.

Com o mapeamento da literatura, constatou-se que os primeiros indícios de divisão dos arquivos em estágios de guarda são anteriores aos preceitos da gestão de documentos, oriunda da administração governamental americana. A divisão dos arquivos tem suas bases na distinção entre *records* e *archives* surgidas, conforme reflete Luciana Duranti (1994, 2007), ainda no período revolucionário francês com a criação de uma instituição arquivística responsável pela guarda centralizada dos conjuntos documentais que iriam compor o patrimônio arquivístico francês. Até então os documentos produzidos pelos Estados serviam apenas à administração que os produziu e a partir da Revolução Francesa, com a criação de uma instituição de guarda responsável por custodiar os documentos do Estado, tais documentos passam a ser percebidos como de interesse da sociedade. Esta primeira ruptura, na percepção sobre os documentos, resultou na primeira dicotomia arquivística: os documentos para a administração e os documentos para a história da sociedade.

A partir da identificação do surgimento de duas das três idades, partiu-se para o mapeamento de onde estaria localizado o surgimento de mais um estágio de guarda, entre os *records* (os arquivos correntes) e os *archives* (os arquivos de guarda permanente). Ainda que Marcel Caya (2004) afirme que a teoria das três idades apareceu pela primeira vez no Hoover Commission Report, em 1948, a literatura verificada, no decorrer desta análise, permite reconhecer que a divisão dos arquivos entre as fases corrente, intermediária e permanente está presente em uma legislação italiana de 1900.

Tal presença está registrada na literatura arquivística, possivelmente pela primeira vez, na publicação *Archivistica*, de Eugenio Casanova, em 1928, onde o autor se refere à legislação italiana e aos procedimentos adotados pelo governo italiano para gerenciar os arquivos correntes, os depósitos e a passagem dos documentos para os *archivos del regno*. Somente cerca de 30 anos mais tarde, também na busca por soluções para gerenciamento dos grandes volumes de documentos produzidos e acumulados pelas instituições governamentais dos Estados Unidos da América, conforme apontam os relatórios institucionais do *National Archives and Records Service*, são identificadas as ações iniciais do que viria a ser institucionalizada, tanto em âmbito prático como teórico, como gestão de documentos.

Importa destacar, também, que apesar de não ter surgido atrelada ao surgimento da gestão de documentos a partir dos anos de 1940, sua formulação teórica, sob a designação “teoria das três idades dos arquivos”, foi identificada, no escopo desta análise, a partir das reflexões do arquivista francês Yves Pérotin, em 1961 (cujo artigo foi publicado na revista *The American Archivist*, em 1966).

Assim, ainda que se possa constatar que a teoria das três idades dos arquivos é anterior à gestão de documentos, a difusão de tal divisão, principalmente a adoção de um estágio de guarda intermediário entre os *records* e os *archives* visando reduzir os custos de manutenção e otimizar o gerenciamento dos arquivos, foi impulsionado não apenas pela adoção dos preceitos práticos, mas também pelas formulações teóricas decorrentes da adoção dos procedimentos adotados no âmbito da gestão dos documentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baggio, C. C., Costa, H., & Blattmann, U. (2016). Seleção de tipos de fontes de informação. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, 6(2), 32-47. <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/26798/16520>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (5.ª ed.). Edições 70.
- Bauer, G. W., & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (1.ª ed.). Editora Vozes.
- Brenneke, A. (1967). *Archivistica – Contributo alla teoria ed alla storia archivistica europea* (1.ª ed.). Fondazione Italiana per la Storia Amministrativa.
- Casanova, E. (1928). *Archivistica* (2.ª ed.). Grafiche Lazzeri.
- Caya, M. (2004, décembre 2). *La théorie des trois âges en archivistique. En avons-nous toujours besoin ?* [conférence]. Elec – École des chartes, Paris. <http://elec.enc.sorbonne.fr/conferences/caya>
- Chatfield, H. (1940). Problem of records from the standpoint of management. *The American Archivist*, 3(2), 93-101. <https://doi.org/10.17723/aarc.3.2.d7683226j7167838>
- Cruz Mundet, J. R. (2012). *Archivistica: Gestión de documentos y administración de archivos* (1.ª ed.). Alianza Editorial.
- Delsalle, P. (2018). *A History of Archival Practice* (1st ed.). Routledge.
- Demo, P. (2012). *Metodologia Científica em Ciências Sociais* (3.ª ed.). Atlas.
- Duchain, M. (1983). *Obstacles to the Access, Use and Transfer of Information from Archives: A RAMP Study* (1st ed.). Unesco.
- Duranti, L. (1989a). The Odyssey of Records Management – Part I From the Dawn of Civilization to the Fall of the Roman Empire. *ARMA International – Records Management Quarterly*, 23(3), 3-11.
- Duranti, L. (1989b). The Odyssey of Records Management – Part II From the Middle Ages to Modern Times. *ARMA International – Records Management Quarterly*, 23(4), 1-11.

- Duranti, L. (1994). The Concept of Appraisal and Archival Theory. *The American Archivist*, 57(2) 328-344. <https://doi.org/10.17723/aarc.57.2.pu548273j5j1p816>
- Duranti, L. (2007). Archives as a place. *Archives & Social Studies: a journal of interdisciplinary research*, 1(0), 445-466. https://archivo.cartagena.es/doc/Archivos_Social_Studies/Vol1_n0/07-duranti_archives.pdf
- Duranti, L., & Franks, P. C. (2015). *Encyclopedia of Archival Science* (1st ed.). Rowman & Littlefield.
- Favier, J. (1975). *Les Archives* (4.^a ed.). Universitaires de France.
- Fonseca, M. O. (2005). *Arquivologia e ciência da informação* (1.^a ed.). FGV.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4.^a ed.). Atlas.
- Heredia Herrera, A. (1991). *Archivística General: Teoría y práctica* (5.^a ed.). Diputacion Provincial de Sevilla.
- Hoover, H. (1949). *The Hoover Commission Report: On organization of the executive branch of the government* (p. 524). HathiTrust. <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015043507113;view=1up;seq=525>
- Jardim, J. M. (2015). Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. *ACERVO: Revista do Arquivo Nacional*, 28(2), 19-50.
- Jenkinson, H. (1922). *A manual of archive administration* (1.^a ed.). Percy Lund, Humphries & Co.
- Kern, G., Holgado, S., & Cottin, M. (2015). Cinquante nuances de cycle de vie. Quelles évolutions possibles? *Les Cahiers du Numérique*, 11(2), 37-76.
- Ketelaar, E. (1985). *Archival and records management legislation and regulations: A RAMP study with guidelines*. UNESCO – Digital Library. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000064948?posInSet=1&queryId=246514d7-f755-44c7-b4d9-8159d9d4e4e6>
- Ketelaar, E. (1997). The Difference Best Postponed? Cultures and Comparative Archival Science. *Archivaria*, (44), 142-148. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12201/13218>
- Leahy, E. J. (1940). Reduction of Public Records. *The American Archivist*, 3(1), 13-38.
- Mabbs, A. W., & Duboscq, G. (1974). *The organization of intermediate records storage* (1st ed.). Unesco.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2010). *Fundamentos da metodologia científica* (7.^a ed.). Atlas.
- Mariz, A. C. A. (2005). *Arquivos públicos brasileiros: a transferência da informação na internet* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (ibict). <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/681>
- Marques, A. A. C. (2011). *Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil* [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da Universidade de Brasília. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8730>
- Mendo Carmona, C. (1995). El largo camino de la archivística: De práctica a ciencia. *Revista de Historia de la Cultura Escrita da Universidad de Alcalá de Henares*, (2), 113-132.
- National Arcgives Catalog. (n.d.). *An Act of June 19, 1934 ("National Archives Act"), Public Law 73-432, 48 STAT 1122, to Create a National Archives of the United States Government, and for Other Purposes*. <https://catalog.archives.gov/id/299840>
- Pearce-Moses, R. (2005). *A Glossary of Archival and Records Terminology* (1.^a ed.). The Society of American Archivists. <https://files.archivists.org/pubs/free/SAA-Glossary-2005.pdf>

- Pérotin, Y. (1966). Administration and the "Three Ages" of Archives. *The American Archivist*, 29(3), 363-369. <https://doi.org/10.17723/aarc.29.3.j6162758673p3740>
- Posner, E. (1940). Some Aspects of Archival Development Since The French Revolution. *The American Archivist*, 3(3), 159-172.
- Posner, E. (1967). Archives & the public interest; selected essays. *Archives & Manuscripts*, 3(5), 19-20.
- Regolamento per gli Uffici di registratura e di archivio delle Amministrazioni centrali. (1900). Regio Decreto 25 gennaio 1900: n.º 35.
- Roberge, M. (2012, março 23). *La théorie des trois âges revisitée*. Les Carnets de Michel Roberge. <http://gestarcarnets.blogspot.com/2012/03/532-la-theorie-des-trois-ages-revisitee.html>
- Rondinelli, R. C. (2002). *Gerenciamento eletrônico de documentos arquivísticos* (1.ª ed.). Fundação Getúlio Vargas.
- Santos, P. R. E. dos. (2008). *A arquivística no laboratório: História, teoria e métodos de uma disciplina* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022009-124733/pt-br.php>
- Santos, V. B. dos. (2011). *A teoria arquivística a partir de 1898: Em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos* [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da Universidade de Brasília. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/10323>
- Schellenberg, T. R. (2003). *Modern Archives: Principles and techniques* (3.ª ed.). The society of american archivist.
- Schmidt, C. M. dos S. (2012). *Arquivologia e a construção do seu objeto científico: Concepções, trajetória e contextualizações* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/pt-br.php>
- Schmidt, C. M. dos S. (2015). *A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia* (1.ª ed.). Associação dos Arquivistas do Estado de São Paulo.
- Silva, A. M. da, Ribeiro, F., Ramos, J., & Real, M. L. (2009). *Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação* (1.ª ed.). Afrontamento.
- Silva, M. da. (2017). *O arquivo e o lugar: A custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos* (1.ª ed.). EDUFF – Editora da Universidade Federal Fluminense.
- Sousa, R. T. B. de. (2004). *Classificação em arquivística: Trajetória e apropriação de um conceito* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Universidade de Brasília - Biblioteca Central. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/948>
- Tognoli, N. B. (2013). *A construção teórica da Diplomática: Em busca de uma sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos* [Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório Institucional UNESP. <http://hdl.handle.net/11449/103383>
- United State Government. (1940). Sixth Annual Report of the Archivist of the United States (1939-1940). *The National Archives*, (15), 61. <https://www.archives.gov/files/about/history/sources/reports/1940-annual-report.pdf>
- United State Government. (1941). Seventh Annual Report of the Archivist of the United States (1940-1941). *The National Archives*, (20), 57. <https://www.archives.gov/files/about/history/sources/reports/1941-annual-report.pdf>